

O MENORISMO E A INFÂNCIA NA BELLE ÉPOQUE MANAUARA (1890-1920)¹

Alana Yara Cristina Ribeiro Mafra ²
Maria Nilvane Fernandes ³

RESUMO

Esse artigo ressaltar a importância de estudos sobre a infância em Manaus. O tema é um assunto ainda pouco discutido e, quase sempre estabelece uma relação com as concepções de infância estabelecida por estudiosos europeus, portanto, distante da realidade vivida pela infância manauara. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica sustentada em fontes secundárias como teses, dissertações e artigos de várias áreas do conhecimento (Antropologia Social, História, Serviço Social, entre outras). No período mencionado, a criança, filha da classe trabalhadora, longe de ser alvo de cuidados e carinho, como o eram as crianças burguesas, encontrou o seu lugar na fábrica ou as ruas, como demonstram Engels (2010) e Marx (2013). O Amazonas, entretanto, vivenciava um processo diferente: recebia imigrantes que se embrenhavam, com suas famílias na floresta para extrair o látex da seringueira, o que justifica o recorte do estudo. O ciclo da borracha foi crucial para o desenvolvimento econômico da região que atraiu investimentos, mas também gerou desigualdades sociais e condições precárias de trabalho que repercutiram e ainda repercutem sobre a vida das crianças. Ademais, é necessário considerar a forte influência da vida cultural europeia em face da recepção de migrantes advindos de outros países e regiões do Brasil. Essas crianças que estavam nas ruas ou nas fábricas e apareciam em manchetes como seres desprezíveis que só causavam desordem para a sociedade, portanto, um problema que precisava ser resolvido pelo poder público.

Palavras-chave: Infância, *Belle Époque*, Menorismo.

¹ O artigo recebeu financiamento da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestranda em Educação PPGE - UFAM, alana.afra@hotmail.com;

³ Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação. Bolsista do CNPq - Processo nº 200864/2022-0 – para cursar pós-doutoramento no *Human Development & Family Science* (HDFS) da Texas Tech University (TTU). Bolsista FAPEAM – 01.02.016301.00872/2024-97 – para realizar mobilidade acadêmica na Universidad de Buenos Aires (UBA/Argentina) no ano de 2024. Doutorado sanduiche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - fomento Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior PDSE - 88881.134314/2016-01/CAPES. Professora Adjunta da área de Fundamentos da Educação do Curso de Pedagogia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre e Doutora em Educação (UEM), Mestre em adolescente em conflito com a lei (UNIBAN/SP); Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). Editora-Chefe da Revista Amazônica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3429086275125541> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3420-2714> E-mail: nilvane@gmail.com



INTRODUÇÃO

No contexto da Belle Époque, o Amazonas foi inserido na economia mundial e passou a sofrer a influência europeia no seu processo de construção social, cultural, político, urbano, o que interferiu na compreensão sobre a infância e no estabelecimento de políticas para a área. “Antes do apogeu da borracha, na área urbana de Manaus, conviviam ricos e pobres, brancos, índios, mamelucos e mestiços” (Dias, 2007, p. 27). Não havia ainda a necessidade de que Manaus fosse engrandecida, até se tornar a capital da Borracha, que alavancaria a receita do Estado, trazendo um fortalecimento e expansão da economia local, urbanização e exportação. Para Eduardo Ribeiro, a opulenta receita do Estado, os excessos sempre crescentes das arrecadações, eram a prova mais evidente de que o Amazonas é capaz dos mais arrojados empreendimentos (Dias, 2007, p. 28).

Em Manaus, no período entre 1890 e 1920 esteve presente duas distinções de crianças: a rica e a pobre, ambas eram representadas pelos jornais de diferentes maneiras; enquanto a primeira era fotografada em estúdios, a segunda aparecia por acaso em alguma foto tirada em festejos locais, nas ruas, no trabalho etc. Assim, os jornais e a população local que morava no centro, portanto, pertencente às famílias mais abastadas, tinham uma percepção diferente sobre tais crianças. Era um contexto, no qual “[...] o Estado já se considerava no direito de tomar para si a responsabilidade de cuidar dos filhos dos pobres, ao invés de pensar em condições para que estes mesmos o fizessem” (Zanella, 2018, p. 88). Portanto, estava em curso nos Estados Unidos da América o movimento menorista de salvação da infância e a sua influência já era sentida no Brasil.

Esta pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica sustentada em fontes secundárias como teses, dissertações e artigos de várias áreas de conhecimentos como (Antropologia Social, História, Serviço Social, entre outras). Ademais, baseou-se em estudos especializados de obras que analisaram os estudos de Philippe Ariès e sustentou-se em matérias de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital dos anos de 1890 a 1920 indicados pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

O recorte temporal foi escolhido por ter sido uma época na qual o Amazonas teve forte influência da vida cultural europeia em face da recepção de migrantes advindos de outros países e regiões do Brasil que aqui chegaram em busca de promessas do ciclo da borracha⁴.

⁴ A modernidade que chegava a Porto de Lenha trouxe transformações nas diversas estruturas urbanas e sociais em Manaus. Com a descoberta e extração do látex da borracha, aumentou a exportação, Manaus,



METODOLOGIA

Esta pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica sustentada em fontes secundárias como teses, dissertações e artigos de várias áreas de conhecimentos como (Antropologia Social, História, Serviço Social e entre outras).

A pesquisa fez estudos teóricos, de cunho bibliográfico, que procuraram delimitar o campo da história da educação e o aprofundamento metodológico na história social e cultural. Seguindo a isso, a entrada no campo de pesquisa, a princípio de forma exploratória permitirá a delimitação dos espaços investigativos, e o aprofundamento com as fontes. A pesquisa baseou-se em estudos especializados de obras que analisaram os estudos de Philippe Ariès e sustentou-se na análise de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital dos anos de 1890 a 1920 indicados pelo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). O IGHA, ainda preserva alguns documentos do período em questão, pois visa o conhecimento e a interpretação da Amazônia e do país no âmbito da Geografia, da História e Ciências conexas, com vistas à defesa da identidade cultural e preservação da memória, cujos dados foram coletados, sistematizados e analisados.

2. A crítica à infância de Ariès

Os estudos de Philippe Ariès (1980) indicam que somente no século XVI a infância europeia começou a ser representada através de pinturas. Para ele, na sociedade medieval, a criança não era vista como um ser distinto do adulto, por isso, quando superava a fase de maior fragilidade física, era integrada ao mundo dos adultos.

Não há dúvidas de que a pesquisa de Ariès contribuiu para a compreensão de como a criança se comportava na sociedade e sobre a sua presença na sociedade antiga e do século XIX: “[...] até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la [...]. É mais provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo” (Ariès, 1978, p. 17). Ainda sob a sua perspectiva, após o Renascimento, ocorrido no século XV e a Reforma Protestante do século XVI, a sociedade da baixa Idade Média

que era pacata, precisou de mão-de-obra. “A borracha propiciou a Manaus o alargamento de seu espaço e redefinição de sua organização. Pela cidade transitavam milhares de toneladas do produto para exportação, vindas dos mais distantes seringais da região amazônica [...]. A capital do látex adquire nova fisionomia [...]” (Dias, 2007, p. 34)



começou a desenvolver um novo sentimento em relação à criança, especialmente nas classes mais abastadas. É nesse contexto que nasce a concepção de que a infância é uma aurora da vida e que a criança é desprovida do conhecer e do sentir, que precisa de escudo e proteção.

No século XVII, Ariès destaca que a criança foi sendo gradualmente afastada do convívio adulto e confinada em instituições (a escola, por exemplo). Nos séculos XVII e XVIII, na perspectiva de Ariès, ainda existia uma ausência de reconhecimento da infância como uma fase da vida. As crianças eram tratadas como adultas e tinha até a inserção social preconizada, sem distinção de vestimentas e atividades. Não havia uma noção clara de infância como fase separada da vida adulta. A partir do século XIX, a criança passou a ocupar um lugar central na família burguesa, tornando-se o foco de atenção e cuidado, tanto emocional quanto material.

A percepção de Ariès sob o tema está certamente relacionado com as fontes utilizadas por ele: quadros com pinturas que incluíam as crianças o que significa que não estavam inclusas nas análises as crianças pertencentes às famílias de servos que não tinham recurso para pagar os pintores da época. Ademais, estudou textos autobiográficos que eram compostos por cartas e registros familiares, o que também exclui as famílias pauperizadas em face de que o analfabetismo era uma característica dessa população. As suas análises também se detiveram nos estudos dos manuais de Pedagogia, tratados médicos e regulamentos escolares. A metodologia utilizada, tirou o foco dos eventos políticos e econômicos e realizou uma análise sustentada na história das mentalidades e na qual identificou mudanças na percepção e sentimento em relação à criança e à família.

O campo da história das mentalidades possui vertentes fluidas de conhecimento, de tal maneira que é possível encontrar uma perspectiva para cada autor, mas convergem numa similaridade que busca estudar a história pela via da representação fenomênica em detrimento dos próprios fenômenos objetivos (Zanella, 2018). “A história das mentalidades é essencialmente uma abordagem durkheimiana de idéias, embora o próprio Durkheim preferisse a expressão ‘representações coletivas’” (*sic!*) (Burke, 2002, p. 129). Ariès pertence à 3ª geração da História das Mentalidades e, por isso definida como Nova História.

A consolidação da história das mentalidades disseminou pensadores na Europa, Estados Unidos e Brasil e influenciou diversos campos do conhecimento. O estudo da micro história, pautada nas mentalidades em seus vários desdobramentos, pode acobertar inverdades, mas



[...] o principal perigo não reside na tentação de mentir, o que, afinal de contas, não pode sobreviver facilmente ao escrutínio de outros historiadores em uma comunidade acadêmica livre, embora a pressão e a autoridade políticas forneçam uma sustentação para a inverdade, mesmo em certos Estados constitucionais. O perigo reside na tentação de isolar a história de uma parte da humanidade [...] de seu contexto mais amplo (Hobsbawm, 2013, p. 3780).

É correto que a categoria infância se consolidou, na Europa, durante a passagem da sociedade feudal para a industrial, mas no século XIX, período da nossa análise, a maioria das crianças, era filha de trabalhadores em processo de proletarização, que na Europa, tinha deixado o campo junto com suas famílias e realizavam nas cidades um trabalho fabril. O Amazonas, entretanto, vivenciava um processo diferente: recebia imigrantes que se embrenhavam, com suas famílias na floresta para extrair o látex da seringueira. O ciclo da borracha foi crucial para o desenvolvimento econômico da região que atraiu investimentos, mas também gerou desigualdades sociais e condições precárias de trabalho que repercutiram e ainda repercutem sobre a vida das crianças.

No período mencionado, tanto na Europa quanto aqui, a família se desagregou e, longe de ser alvo de cuidados e carinho, o lugar dessa criança passou a ser a fábrica ou as ruas, como demonstram Engels (2010) e Marx (2013). “É na luta proletária pelas leis fabris, de proibição de trabalho infantil e/ou trabalho infantil noturno, bem como pela diminuição da jornada de trabalho, que há um debate amplo da sociedade envolvendo as categorias ‘infância’ e ‘adolescência’” (Klein, 2012, p. 3374, grifo da autora).

Essa perspectiva se contrapõe às teorizações de autores como Ariès (1981), para quem, “[...] o novo interesse pela criança e pelo adolescente teria resultado da reiteração de manifestações de sentimentos amorosos dos pais e da universalização da escola que, substituindo a aprendizagem como meio de educação, organiza as classes pelo critério etário” (Klein, 2012, p. 3374).

Da mesma maneira, Warde (2007) se contrapõe, teoricamente, aos estudos que remetem à construção social da infância do ponto de vista histórico-cultural ou histórico social, justamente a análise adotada por Ariès. Por um lado, esses estudos, retiram de cena a criança empírica e real e imputam à Psicologia e às Ciências Biológicas a responsabilidade por uma naturalização da infância. Por outro lado, inserem a infância como sujeito historicamente construído, que possui, em Ariès, os fundamentos para as “[...] operações de ‘desnaturalização’ e de ‘historiação’ intentadas”. Esse tratamento, na



visão da autora, produz “[...] uma abordagem histórica (social) esvaziada de qualquer dívida com a natureza” (Warde, 2007, p. 23, grifo da autora).

Para a autora, os pesquisadores brasileiros adotaram, de maneira passiva e favorável, a análise que Ariès (1981) perfilou, ou seja, “[...] a ‘desconstrução’ do ‘mito da criança’ ou do seu correlato, o ‘mito da infância natural’” (Warde, 2007, p. 25, grifo da autora). Segundo a autora, a análise a-histórica da temática contribuiu para que as análises realizadas por Ariès fossem estendidas aos séculos XIX, XX e XXI em territórios, não europeus. Tais estudos, portanto, seriam o resultado “[...] de programas investigatórios de largo escopo e de duração prolongada, desenvolvidos por grupos de pesquisadores institucionalmente respaldados e consistentemente financiados” (Warde, 2007, p. 24).

As discussões apontam que, embora Ariès, apresente estudos sobre um novo interesse pela infância que resulta em sentimentos amorosos dos pais, universalização da escola, um novo olhar para a infância. Warde (2007), critica a visão de Ariès por não considerar a infância como uma construção histórica e social, que se restringe aos contextos europeus, desta forma, generalizando, sem considerar as especificidades locais, inclusive no Brasil. Para ela, no Brasil houve uma adoção passiva da perspectiva apresentada por Ariès.

Nesta seção identificamos que na perspectiva de Ariès, a infância, a partir do século XVI, passou a ser vista como uma fase específica da vida, exigindo educação e proteção. As críticas em relação aos seus estudos inserem-se no fato de que a sua pesquisa utilizou fontes da aristocracia francesa e o pesquisador tendeu a extrapolar suas conclusões para toda a Europa. As suas análises foram frutíferas em demonstrar que a infância é uma construção social e histórica. Para além disso, ele afirmou que, na Idade Média, não havia afeto pelas crianças, mas outros historiadores mostraram que há registros de luto por mortes infantis e demonstrações de carinho em diários e testamentos. Ademais, a ideia de que crianças medievais eram *adultos em miniatura* o que não vale para as famílias camponesas, já que a distinção entre trabalho e trabalho infantil era realizada de maneira consuetudinária.

A infância sob os olhos da sociedade na *Belle Epoque* Manauara

No recorte de classes entre dois tipos de infância. De um lado, estavam as crianças ricas que se apresentavam nos jornais vestidas com roupas de seda, cetins trazidos da



Europa sempre aos moldes parisienses, demonstrando que pertenciam a alguma família rica, considerada de nome importante na época. De outro lado, as crianças pobres apareciam nas fotos por acaso, trabalhando em armazéns, nas ruas, nas propagandas de jornais, em festejos registrados nos jornais ou quando cometiam pequenos delitos. Assim, a criança “[...] aparece como coadjuvante ou parte do cenário que compõe a fotografia. Da mesma forma, nos álbuns da cidade as crianças pobres não são fotografadas em estúdios, elas aparecem” (Pessoa, 2010, p. 123).

A existência de crianças pobres nesta época, era representada por uma parcela significativa de crianças filhas da classe trabalhadora aparecia em manchetes como seres desprezíveis que só causavam desordem para a sociedade, um problema a ser resolvido pelo poder público: “Os menores presentes nas crônicas foram os enquadrados pela polícia por crimes e/ou contravenções, como: vadiagem, pequenos furtos, desordem, destruição do patrimônio público, entre outros casos” (Santos Junior, 2008, p. 11). Esses problemas, ocasionados por questões sociais como a pobreza eram destacados nos noticiários locais que, por vezes, apresentavam quadros sobre essas crianças, ainda que tivessem que permanecer ocultas para não perturbar a sociedade e para não atrapalhar o fluxo comercial local.

Muitas dessas crianças vagavam pelas ruas desorientadas, entregues à própria sorte. Elas começaram a ganhar destaque em manchetes de jornais da época, em um período em que o governo começava a analisar tais sujeitos como úteis para o desenvolvimento da sociedade e da elite extrativista⁵ da sociedade amazonense. Esses grupos que se beneficiavam economicamente de atividades extrativistas, de forma desigual em relação aos demais envolvidos (seringueiros) que foram realocadas do centro da cidade junto com seus filhos. O utilitarismo previa que a criança poderia ser útil como mão-de-obra.

O utilitarismo foi também o principal fundamento da institucionalização de menores numa lógica de que os possíveis prejuízos sociais de tal medida seriam menos danosos que a não institucionalização, pois as crianças pobres poderiam se tornar sujeitos revolucionários, o que traria maior prejuízo à ordem social capitalista (Zanella, 2018, p. 522).

⁵ É a cidade sem problemas- pretendida, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista. (Oliveira, 2008, p. 36) a elite extrativista do ciclo da borracha era um grupo que se beneficiou da exploração do trabalho dos seringueiros e da riqueza gerada pela borracha, enquanto acumulava poder e influência na região amazônica, os seringalistas.



Então as crianças eram submetidas ao trabalho, muitas vezes, para a realização de pequenos serviços o que as marcou socialmente como crianças abandonadas como bem retrata Pinheiro (2006, p. 74),

Fala-se delas, então, como um ‘problema’ a ser urgentemente equacionado ou resolvido [...]. Mendigando, aqui e ali, ora oferecendo-se a pequenos serviços, ora praticando pequenos furtos, a infância na Amazônia encontra o veio duradouro do descaso e do abandono (Pinheiro, 2006, p. 74).

As crianças abandonadas estavam excluídas socialmente das atividades que as crianças pertencentes às classes mais abastadas podiam participar. As crianças abandonadas estavam nas ruas e algumas até, cometendo pequenos delitos. Assim, o governo brasileiro percebeu que a criança precisava ser controlada, aliás esse é movimento que também acontecia na Europa. Para tanto, o governo orientado por princípios menoristas imbuíu-se de um discurso atrelado ao cuidado, à disciplina e à educação ampliando medidas de controle para a infância.

Em relação ao menorismo Fernandes analisou diversas legislações e comprovou que,

[...] diferentemente do que aponta grande parte dos estudos da área da infância, o menorismo é anterior ao Código de 1927. Para nossa surpresa, foi possível identificarmos que as primeiras normativas que utilizaram a palavra com o sentido cultural adotado no século XX são anteriores, inclusive, ao que as nossas pesquisas demonstravam (Fernandes, 2023, p. 4).

Assim, a suposta preocupação com o bem-estar, assegura o uso de sua mão-de-obra para prepará-los para o mercado de trabalho. Assim, ainda que as leis orientassem para a proibição do trabalho infantil a práticas os tornava cidadãos *úteis* para a sociedade.

Esse movimento durou para além do final da *Belle Époque*. Nesse contexto, investimentos foram realizados para criar instituições que a controlassem, de maneira a possibilitar uma boa formação do cidadão e a desvalorização das crianças pobres entregues ao trabalho, já que muitas ajudavam suas famílias a adquirirem uma fonte de renda: “O uso do trabalho infantil se fez nas mais diversas atividades. Ele se fazia presente nas lojas comerciais, nas oficinas, hotéis, alfaiatarias, bares, serviços domésticos, e outros. As condições de trabalho eram as mais adversas” (Pessoa, 2010, p. 12).

Famílias eram ludibriadas e enganadas, visando um futuro melhor para os seus filhos, sem saber que, na verdade, elas iriam ser entregues ao trabalho doméstico, como bem na maioria dos casos. Crianças eram raptadas, retiradas de suas aldeias, vilarejos e



outros para exploração do trabalho infantil atendendo aos interesses das famílias burguesas ou de outros que se exploraram o trabalho dessas crianças. Era também comum que tais crianças conseguissem empregos informais e realizassem atividades de venda de jornais, serviços em comércios, bicos e biscates: “[...] as crianças lançam-se, à falta de oportunidades e de apoios na luta pela sobrevivência, por vezes precocemente abandonadas pela família e pelo poder público” (Pinheiro, 2006, p. 76). Ademais, o abandono era realizado pelas famílias o que contribuiu para que, sem oportunidades, as crianças passassem a mendigar nas ruas do centro da capital destoando a imagem da cidade feliz, moderna e rica, retratada nos jornais.

Apesar dessa aparência, a cidade também sofria com o mal que acometia o mundo, a *hanseníase*. A existência da doença e o aumento da população de doentes passou a interferir na economia por afastar possíveis investidores.

No início do século XX, ampliou-se a construção, no Brasil, dos leprosários, denominados anteriormente de lazaretos, aos quais já nos referimos. Os leprosários eram os nomes atribuídos a estabelecimentos para os quais as pessoas contaminadas com hanseníase (lepra) eram enviadas, a fim de isolá-las do resto da população, com o intuito de conter a contaminação pela doença. (Zanella, 2018, p.371)

Devido ao crescimento sem controle, Manaus, nesta época foi atingida por epidemias, pois estava sofrendo forte imigração. A Europa também sofria com as doenças e Manaus vivenciava o aumento de casos de hanseníase, a migração e a falta de estrutura para a transformação que a cidade estava vivendo, já que também aumentava os riscos de infecções e mortes de crianças. O que culminou com o estabelecimento de políticas higienistas⁶.

Essas mudanças tiveram como gênese as sucessivas epidemias, a alarmante insalubridade, bem como as descobertas de Pasteur que produzindo na Europa uma mentalidade higienista em que a medicalização e a limpeza higiênica seriam o ideal a ser alcançado tanto no urbanismo quanto nas instituições, de maneira implícita ou explícita. (Zanella, 2023, p. 66).

A principal aliada dos médicos para que as práticas de higiene fossem feitas eram as mães que deixavam as crianças pertencentes às elites sob vigilância total. As crianças

⁶ Este foi um movimento que surgiu no final do século XIX e início do século XX, tanto na Europa quanto no Brasil, com a finalidade de melhorar a saúde e as condições de vida da população através da educação sanitária e da promoção de hábitos higiênicos. Mas na verdade, como a autora afirma. A eugenia é a segregação racial em seu tratamento mais científico. Do modelo eugênico nasceu a higienia, que está relacionada à limpeza e a higiene. O sanitarismo representa o termo pelo qual os higienistas (na sua maioria médicos) passaram a fazer da política de saúde pública seu principal foco de atuação (Zanella, 2018, p. 307).



pobres, por sua vez, não tinham assistências com remédios. Em Manaus, a situação se agravava devido ao crescimento acelerado da população. Ademais, havia as doenças trazidas por imigrantes de outras nacionalidades, o que também ocasionou várias mortes.

Na Europa, as brincadeiras de rua muito praticada pelas crianças das classes pobres se tornaram alvo de controle dos pais:

Os jogos infantis passam a ser controlados, as roupas infantis passam a ter a preocupação em proporcionar a liberdade de movimentos, tendo em vista as preocupações higienistas. Ao invés de conceber a criança como um adulto em miniatura, a criança é vista como um ser específico, com necessidades próprias. A mulher burguesa foi, segundo Donzelot [1986], a grande aliada dos médicos no processo de medicalização da família. Esta aliança se baseava justamente no cuidado com as crianças⁷ (Santos, 2005, p. 6).

Outro fator que preocupava a infância nesta época era a violência sexual. As crianças pobres estavam sem o controle dos adultos e tinham que trabalhar para conseguir sustentar a família. Diante da miserabilidade que se alastrava na cidade, as crianças eram potenciais vítimas do crime sexual e a sociedade da época via o estupro como uma ameaça social. Como afirma Dias, “[...] havia três ruas alegres em Manaus, com pensões de serviço francês, começando o expediente às quatro da tarde, podendo o encontro com uma polaca de 13 anos custar 70 libras” (Dias, 2007, p. 135).

Apresentadas como ligadas à vadiagem, desordeiras, delinquentes, ociosas e viciadas as crianças pobres eram as mais presentes nos jornais da *Belle Époque*. Portanto, medidas precisavam ser tomadas pelas autoridades locais para a correção do problema. As crianças ricas, por sua vez, precisavam de proteção, amor e cuidados. Essas infantis vítimas de castigos físicos, necessitavam de medidas que as amparasse. Ou seja, a distinção social da *Belle Époque* era o resultando na má distribuição da renda, enquanto uns, eram ricos demais, os outros, viviam na miséria.

É importante destacarmos que, existem poucas correlações de medidas direcionadas às meninas, na política de enquadramento da época, ressaltando também que as medidas até então, apontadas pela autora, era para que os meninos desenvolvessem o gosto pelo trabalho.

Assim, em nome da salvaguarda do futuro dos menores vadios, da sociedade e da pátria, é solicitada a criação de uma Escola Correccional, onde os meninos ficariam recolhidos, recebendo instrução literária, profissional e industrial, mas de preferência agrícola (Dias, 2007, p. 134)

⁷ Donzelot, Jacques. 1986. A polícia das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal.



Conforme extraído do *Álbum Infantil publicado no Jornal do Commercio*: “Caso fosse suprimida a legenda que identifica o nome dos pais dos referidos menores, ainda assim as aparências de crianças saudáveis, nutridas e bem cuidadas evidenciaria tratar-se de filhos da elite manauara” (Pessoa, 2010, p. 122).

Consequentemente, as crianças também eram vítimas de questões sociais impingidas por questões econômicas, que em face do preconceito culpabilizavam as crianças por sua condição desigual o que evidencia que a Capital da *Belle Époque* estava diante de duas infâncias que estavam atreladas à divisão de classe.

AS INFÂNCIAS ENCONTRADAS NA *BELLE ÉPOQUE*

Para manter a civilidade em Manaus até as crianças tentavam se adaptar às normas, e aos moldes europeus. Assim, tanto as crianças de famílias ricas até as crianças de famílias pobres, tinham de usar trajes sociais da moda porque a qualquer momento: “A família fotografada estava ornada com roupas densas para o clima local, significando ou uma adaptação a um costume historicamente construído, ou uma certa aceitação da ocidentalidade por esta significar progresso, pois até as crianças se encontravam vestidas com calças e blusas mangas longas” (Santos Júnior, 2013, p. 11).

Por um lado, a sociedade julgava a infância como a pureza porque a criança era vista como um ser inocente e puro, necessitando de cuidados, carinho, amor, proteção e amparo das autoridades locais. Por outro lado, as pessoas só tinham essa visão de pureza com as crianças que trabalhavam ou que eram vítimas de maus tratos, julgando aquelas crianças que passavam a tarde nas ruas, como desordeiras, sem considerar que elas só permaneciam nas ruas durante o dia porque seus pais precisavam trabalhar.

Ademais, havia também as crianças abandonadas pelos pais, entregues ao destino porque suas famílias não conseguiam sustentá-los. As causas eram muitas, fosse porque eram abandonavam nas ruas, fosse porque ficavam a vagar sem direção e entregues a sorte o fato é que Manaus estava cheia de problemas sociais e as autoridades não conseguiam esconder tantas crianças abandonadas na *Paris das selvas*,

Os menores abandonados eram “[...] meninos, que passavam o dia às sombras das árvores, conversando ou jogando bola, incomodando, com sua ociosidade, as autoridades” (Dias, 2007, p. 134). Essas crianças terminaram por se tornar um problema social, que crescia a cada dia ocasionando várias dificuldades difíceis de controlar e um fator que os órgãos públicos da época não conseguiam explicar.



Assim, o aumento da criminalidade estava associado ao abandono dos filhos devido às desigualdades sociais, bem como, à exposição pela falta de moralidade às quais as crianças estavam expostas. Até os cinemas eram considerados fator de corrupção de menores, estimulando-as ao crime, a marginalização por assistirem filmes inapropriados à sua idade, já que não havia nenhum controle etário estabelecido ainda em um contexto no qual a criança já era considerada um ser adulto, portanto, a diferença era somente em relação ao seu destino: estudos ou trabalho.

Os pais não tinham como controlar os seus filhos, enquanto crianças eram abandonadas nas ruas. Entregues ao acaso e ao trabalho infantil muitas dessas crianças forneciam mão de obra para as elites, para os serviços domésticos reservados para as crianças pobres⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos propostos no início do trabalho a partir das análises dos dados coletados percebe-se que Manaus estava diante de várias infâncias na *Belle Époque* Manauara.

A análise feita dos dados para identificar os tipos de infâncias encontradas nessa época revelou que essas crianças estavam em situações distintas que resultou em crianças que trabalhavam, que eram abandonadas, que se vestiam com linhos europeus e entre outras, a Belle Époque fez com que houvesse uma desorganização social porque enquanto algumas pessoas usufruíam dos resultados obtidos da borracha, outras pessoas ficavam à margem da sociedade e entre eles estavam também crianças.

Sabemos que estudos sobre a infância, especificamente no Amazonas tem avançado acreditamos, então, que nós pesquisadores comprometidos a investigar com o objetivo de encontrar novos caminhos, ao mesmo tempo em que se constrói a concepção gradativa de uma infância no Amazonas, venha a ser colocados pontos de reflexões acerca do assunto que merece ser mais explorado para a compreensão da nossa história em Manaus, nos remetendo assim a pensar que o passado vivido ainda em 1890 a 1920 reflete na infância e até mesmo a sociedade atual e que talvez nos impeçam de avançarmos em estudos sobre a infância o qual ela merece.

⁸ Somente em meados do século XIX, o Estado brasileiro passou a implementar medidas de políticas educacionais que iriam amparar a criança de maneira mais ampla, porém políticas educacionais não iriam solucionar porque em Manaus estava havendo discriminação com as etnias, nacionalidades, com as crianças que eram pobres, resultando em vários tipos de infâncias.



Também podemos destacar que, nas medidas adotadas para que Manaus fosse uma cidade organizada, que não houvesse *meninos vadios* vagando pela bela cidade, estes eram estimulados para que desenvolvesse amor pelo trabalho, de início, pela família, mas no abandono da família. O Estado interferia para que esse menor fosse encaminhado para espaços em que adquirissem esse gosto pelo trabalho, pela moral, amor à pátria. O estudo identificou se encontra sobre medidas para as meninas, tendo em vista, que encontramos relatos até de prostituição de meninas de 13 anos pelas ruas da cidade.

A presente pesquisa, está longe de ter a pretensão de esgotar e fechar a questão sobre as dimensões, as concepções e as infâncias na cidade de Manaus, mas pretende, principalmente, a partir das condições de vida das crianças no passado, reconhecer a complexidade e a relevância do tema, refletindo sobre como o passado pode influenciar nas condições da infância na atualidade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Diário Oficial Manáos - Sabbado, 23 de dezembro de 1893. **Hemeroteca Digital:** Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-official/028843> Acesso em: 14 de Ago. 2014.

AMAZONAS. Diário Oficial, A. I. Manáos 17 nov. 1893. n.º 2. Jornal disponível na Hemeroteca Digital: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-official/028843> Acesso em: 14 Ago. 2014.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, editora Graal, 1980.

FERNANDES, Maria Nilvane; TREJOS-CASTILLO, Elizabeth. As instituições e as leis para a infância no Brasil Império: circulação de ideias sobre o menorismo. In: **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e87487, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.87487>. (2023).

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)**. 2010. 180p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus: [s.n.], 2010.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Reflexões acerca da História da Infância na Amazônia. In: BRITO, Luiz Carlos Cerquinho de (Org). **Educação Patrimonial**. Manaus: EDUA, CEFORT/UFAM, 2006.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. A Manaus da borracha: a Europa enquanto modelo. **Revista Eletrônica de História: História Hoje**. V. 4, n. 10 Ago. 2006. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?IDREVISTA_HISTORIA=10. Acesso em: 10 jun. 2014.



SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. **Manaus da Belle Époque: tensões entre culturas, ideais e espaços sociais**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal - Rio grande do Norte. Julho/2013. Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCYQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.snh2013.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2F27%2F1364530560_ARQUIVO_manausdaBelleEpoque_tensoesentreculturas_ideaisees_pacossociais.pdf&ei=2BQCVMXQDIHNggTB0YCAAw&usg=AFQjCNHWI-5DTSSs0k2yFFu_k_GX2yLYfA&bvm=bv.74115972,d.eXY Acesso em: 07 de Jun 2014.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. O ser “menor” na Paris das Selvas. Revista Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**. n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www4.pucsp.br/revistacordis/index_n1.htm. Acesso em: 08 de Jun de 2014.

SANTOS, Fabiane Vinente Dos. **Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890-1915)**. 135p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura). Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus: [s.n.]. 2005.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1890-1915). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.73-94, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PdGpndgVw7Pr6KvLGqBk8Dg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 de jul. de 2025.

ZANELLA, Maria Nilvane. Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes: os fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal. (Tese, Educação). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2018. 586 f. (2018). Disponível em: <http://old.ppe.uem.br/teses/2018/2018%20-%20Maria%20Nilvane.pdf>. Acesso em: 16 de jul. de 2025.

